



Revista da Procuradoria Geral do Município de Juiz de Fora, RPGMJF, v. 3, n. 3, jan./dez. 2013

O direito de intimidade e ao segredo na sociedade contemporânea

Alessandro Hirata

Páginas: 13 a 22
Total de páginas: 10

As agências reguladoras independentes brasileiras: o caso da Agência Nacional de Vigilância (ANVISA)

Alexandre Santos de Aragão

Páginas: 23 a 35
Total de páginas: 13

A organização da Administração Pública: sua contemporaneidade e seus desafios

Ciro di Benatti Galvão

Páginas: 37 a 49
Total de páginas: 13

Autonomia financeira dos municípios brasileiros para a definição e execução de políticas públicas sociais: de uma visão geral à análise do Município de Juiz de Fora (2005 a 2010)

Frederico Augusto d'Ávila Riani

Páginas: 51 a 76
Total de páginas: 26

Democracia participativa e orçamento público caminham juntos: uma análise do caso do Município de Juiz de Fora/MG Gisela Fani Dias	Páginas: 77 a 92 Total de páginas: 16
Do conceito ao concreto: para viver a utopia das funções sociais da cidade no Brasil contemporâneo João Batista Barbosa Júnior	Páginas: 93 a 123 Total de páginas: 31
O estatuto da cidade e o Plano Diretor: uma necessidade ambiental José Francisco de Matos e Silva	Páginas: 125 a 155 Total de páginas: 31
Aplicação do postulado da proporcionalidade à greve dos servidores públicos Luciana Gaspar Melquíades Duarte Guilherme Nogueira Santos Rafael José de Castro William Júnior Mazoco Coelho	Páginas: 157 a 179 Total de páginas: 23
European composite administration and the role of European administrative Law Eberhard Schidt-Aßmann	Páginas: 185 a 208 Total de páginas: 24
Valorização de bens no âmbito de operações de reabilitação urbana à luz da legislação portuguesa Fernanda Paula Oliveira Dulce Lopes	Páginas: 209 a 224 Total de páginas: 16
Sobre los contratos de Asociación Pública Privada (PPP) en Argentina Juan Carlos Cassagne	Páginas: 225 a 250 Total de páginas: 26
Para una taxonomía de las controversias entre juristas Ricardo Guastini	Páginas: 251 a 263 Total de páginas: 23
Los poderes públicos velarán por La "utilización racional de todos los recursos naturales", y por "la modernización y desarrollo de todos los sectores económicos": el necesario pero difícil equilibrio jurisprudencial entre los artículos 45 y 130 de la Constitución española Roberto O. Bustillo M ^a Fuensanta Gómez Manresa	Páginas: 265 a 273 Total de páginas: 09

**O Tribunal de Contas da União: vinte anos após a
Constituição Federal de 1988**
Benjamin Zymler

Páginas: 275 a 287
Total de páginas: 13